

O Iluminismo segundo Kant

Para a aula do Curso Online de Filosofia de 1º. de novembro de 2014

Olavo de Carvalho

O nome “Iluminismo”, ou “Esclarecimento”, como símbolo auto-identificador da mentalidade modernizante pré-revolucionária no século XVIII, já circulava fazia tempo entre os intelectuais quando Kant, em 1784, publicou “Uma Resposta à Pergunta: Que é o Iluminismo?”.¹

Como outros escritos menores do autor, esse breve ensaio tem uma importância medular porque expressa, mais explicitamente do que as obras maiores, os ideais transformadores a cujo serviço o filósofo consagrava o esforço inteiro da sua existência e aos quais, portanto, aquelas obras mesmas se subordinavam.

Também à semelhança de outros escritos menores consagrados a temas políticos, este é de caráter ostensivamente normativo, empenhando-se, não em analisar fatos ou conceitos, mas em prescrever regras de pensamento e de conduta que, no entender do autor, deveriam ser seguidas, em princípio, por toda a humanidade.

O iluminismo, aqui, não é estudado como fato histórico, como movimento cultural e político, mas apenas como o ideal de vida que, na imaginação do autor, inspirava ou deveria inspirar esse movimento.

A formulação que Kant dá a esse ideal dirige-se, antes de tudo mais, aos indivíduos:

“Iluminismo é emergir de uma imaturidade auto-imposta. Imaturidade é a inability de usar do próprio entendimento sem o guiamento de outrem. É auto-imposta se a sua causa não é a falta de entendimento, mas da resolução e da coragem de usar dele sem o guiamento de outrem.”

¹ “Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?”, *Kants Werke*, Frankfurt am Main, Insel-Verlag, 1964, Band VI, pp. 53-61.

Se cada um tem de ser o guia do seu próprio entendimento, esse apelo não poderia dirigir-se a uma comunidade enquanto tal, mas tão-somente às consciências individuais. Para que estas exerçam plenamente a sua capacidade de julgar por si próprias, é preciso apenas uma precondição: a liberdade.

Mas, após ter dito que “o dever de todos os homens é pensar por si mesmos”, Kant vai introduzir nessa norma uma limitação crucial. Ele reconhece que a ordem pública tem de ser mantida e que, para isso, os homens, enquanto discutem livremente, têm de continuar obedecendo a leis que não são afetadas pela discussão. “Seria muito prejudicial se um funcionário público em serviço, ao receber uma ordem, a questionasse abertamente... Ele deve simplesmente obedecer.”

O que tem de ser livre, explica o filósofo, é “o uso público da razão”. Por esse termo ele entende “o uso que qualquer um possa fazer dela *enquanto homem de estudos* que se dirige a todo o *público leitor*” (grifos dele).

Pode-se conceber que todos os seres humanos, incluindo os mais humildes funcionários públicos e trabalhadores braçais, se transmutem, fora do horário de expediente, em “homens de estudos” com acesso a “todo o público leitor”?

Só nessa situação hipotética de universal erudição poderia valer o princípio de que “o dever de todos os homens é pensar por si mesmos”. Até lá, “pensar por si mesmo” não é de modo algum o dever de todos, mas apenas o direito de alguns; daqueles que se qualificaram, como homens de estudos, para merecer a atenção do público leitor.

Como será possível que um filósofo tão hábil e metucioso meta os pés pelas mãos ao ponto de afirmar como princípio universal algo que ele mesmo, linhas adiante, reconhece não ser senão uma possibilidade acidental?

Para complicar mais as coisas, Kant afirma que só “pensa por si mesmo” aquele que prescindir do “guiamento de outrem”. Mas como se transmutará o cidadão comum, o funcionário, o trabalhador, em “homem de estudos”, sem um período de aprendizado, sem deixar-se guiar por mestres qualificados, talvez pelo próprio Kant? Mesmo os que são homens de estudos por vocação e ofício precisam de quem os instrua, quanto mais não precisará de instrutores e guias o cidadão comum que só fala como “homem de estudos” fora do expediente, isto é, como amador?

Simplesmente não é concebível que um professor, célebre pela sua capacidade didática, ignorasse a utilidade da sua profissão ao ponto de supor que, sem guiamento nenhum, cada homem pudesse começar magicamente a “pensar por si mesmo” pelo simples fato de o fim do expediente o transformar de cidadão comum em homem de estudos.

Tão ostensiva inabilidade lógica não é verossímil num filósofo treinado, muito menos num homem de gênio como Immanuel Kant.

Só resta conjecturar que o filósofo está usando de uma linguagem dupla para transmitir alguma idéia perigosa sob uma camuflagem de afirmativas descontraídas. Pequenos ilogismos quase imperceptíveis, espalhados nos parágrafos iniciais de um texto, sobretudo numa linguagem que vem com todas as aparências da sensatez e da moderação, amortecem as faculdades críticas do leitor e o preparam para aceitar tranqüilamente, em seguida, alguma absurdidade maior que o escandalizaria se apresentada sem esse prólogo anestésico.

Antes de exibi-la, porém, Kant aumenta um pouco a dose de anestésico. Prosseguindo sua distinção entre o cidadão enquanto funcionário e enquanto homem de estudos, Kant reconhece que um clérigo tem a obrigação de instruir os fiéis segundo as doutrinas da sua religião. Mas só tem essa obrigação, prossegue ele, enquanto empregado da igreja a que pertence: “Enquanto erudito, ele tem a completa liberdade assim como a obrigação de repassar ao público todos os seus pensamentos, bem examinados e bem intencionados, sobre os aspectos errôneos dessas doutrinas.”

Isso cria imediatamente um problema. Um clérigo, por definição, não é um funcionário e sim uma alma consagrada: está a serviço da sua igreja vinte e quatro horas por dia até o instante da morte. Não há um “horário de expediente” fora do qual ele esteja livre para seguir sua opinião pessoal em vez dos ensinamentos da igreja. Justamente na sua atividade de intelectual, quando fala para “o inteiro público leitor”, é quando o pastor, o padre, o sacerdote representa a sua igreja no sentido mais pleno e formal. Se expusesse suas dúvidas e objeções ante um círculo privado, como quem falasse a um confessor, aí sim teria o direito e até o dever de abrir seu coração, de expor suas dúvidas e objeções com toda a franqueza. Mas esperar que ele faça isso “ante o público leitor inteiro” é desejar que os sacerdotes, em vez da fé, transmitam dúvidas e contestações.

É impossível que Kant não percebesse, de imediato, que essa proposta tornaria inviável qualquer pregação religiosa e equivaleria a expulsar os fiéis dos templos.

Mas, como, além de expressar-se em frases longas e tortuosas que parecem incompatíveis com qualquer intuito de pregação revolucionária, Kant diz tudo naquele tom de serenidade e ponderação que acalma toda suspeita de sentimentos ímpios, é bem provável que o leitor comum, julgando até bem sensata a distinção entre o clérigo e o intelectual – impossível na língua francesa onde a palavra *clerc* significa inseparavelmente as duas coisas --, nada visse de maligno no que vem em seguida.

E eis o que vem em seguida:

“Mas não deveria uma sociedade de clérigos, por exemplo um sínodo eclesiástico ou um venerável presbitério (como o chamam os holandeses) ter o direito de comprometer-se por juramento com um certo conjunto inalterável de doutrinas, de modo a assegurar para todos os tempos sua condição de guardião de todos os seus membros e, através deles, de todo o povo? Respondo que isto é totalmente impossível.

“Um contrato dessa natureza, firmado em vista de prevenir para sempre todo esclarecimento posterior da humanidade, é absolutamente inválido e nulo...

“Uma era não pode entrar numa aliança sob o juramento de colocar a era seguinte numa posição em que lhe fosse impossível estender e corrigir os seus conhecimentos... Isso seria um crime contra a natureza humana, cujo destino originário reside precisamente nesse progresso. As gerações seguintes têm perfeitamente o direito de impugnar esse acordo como inautorizado e criminoso.”

Para medir as conseqüências apocalípticas dessa proposta, basta confrontá-la com o que disse Jesus no Evangelho:

“O céu e a terra passarão, mas as minhas palavras não passarão.” (Lc. 21:33.)

“Não passará da Lei um só iota, um só acento, sem que tudo seja cumprido.” (Mt. 5:18.)

Ou, mais ainda, com a maldição final do Apocalipse de S. João:

“Porque eu protesto a todos os que ouvem as palavras da profecia deste livro: que se alguém lhe ajuntar alguma coisa, Deus o castigará com as pragas que estão escritas neste livro. E se alguém tirar alguma coisa das palavras do livro desta profecia, tirará Deus a sua parte do livro da vida, e da cidade santa, e das coisas que estão escritas neste livro.” (Apoc. 21: 18-19.)

Um pouco antes Kant já havia afirmado que “dogmas e fórmulas” são “a corrente e a bola de ferro” que mantêm as pessoas no estado de imaturidade. Mas a afirmativa podia soar como mera figura de linguagem usada para designar toda sorte de restrições que se oponham à liberdade e ao uso da razão.

Agora, porém, está claro que ele fala do dogma cristão e da função do clero como seu mantenedor e transmissor. A *Enciclopedia Cattolica*² ensina que “a religião cristã é um

² Firenze, Sansoni, 1950, vol. IV, pp. 1794 ss. Uso esta edição por ter sido a última autorizada pelo Papa Pio XII e seguramente a melhor de todas.

παραθήκη,³ um *depósito* (I Tim 6:20; II Tim 1:13 ss.), expressão jurídica usada para designar uma coisa que o possuidor legítimo entrega em custódia a um outro como seu procurador, com o propósito de que a conserve e a restitua intacta.”

Daí a noção mesma do *dogma*: aquilo que é afirmado, decidido, postulado de uma vez para sempre. Embora a palavra com o seu sentido atual só tenha sido se consolidado no uso geral a partir do século XVIII, a noção já estava fixada desde os tempos bíblicos: “A idéia geral assim expressa é a de que a religião cristã é um complexo de fatos e doutrinas absolutamente objetivo, não inventado por aqueles que o pregam, mas simplesmente dado por Deus por meio de Jesus Cristo, de tal modo que os propagadores do Evangelho não têm outra tarefa senão recebê-lo, conservá-lo intacto e transmiti-lo sem nada modificar.”⁴

Quanto à interpretação da mensagem recebida, pode haver discussões, e a Igreja fala mesmo de uma *evolução do dogma*. Mas cada capítulo da discussão encerra-se com uma decisão papal que se incorpora de uma vez para sempre na doutrina e não tem mais como ser modificada. A evolução acrescenta esclarecimentos, precisões e conseqüências, mas não volta atrás no que foi dito, não repõe em discussão o que já foi decidido: o dogma, por assim dizer, cresce mas não se modifica.

A função do clero católico é portanto precisamente a de “*comprometer-se por juramento com um certo conjunto inalterável de doutrinas, de modo a assegurar para todos os tempos sua condição de guardião de todos os seus membros e, através deles, de todo o povo*”. Kant dixit.

E é precisamente esse compromisso que Kant declara *impossível, inválido e criminoso*. Não vejo a mais mínima possibilidade de admitir que o filósofo, ao escrever isso, não tivesse consciência de que estava propondo a extinção da Igreja Católica – bem como de todas as igrejas cristãs que seguissem orientação semelhante – e a criminalização não só de todos os seus membros consagrados, mas também e principalmente d’Aquele que, ao dizer “minhas palavras não passarão”, havia exigido deles esse “compromisso criminoso”.

Se ainda pudesse restar alguma dúvida de que esse era o principal objetivo do Iluminismo tal como Kant o compreendia, o próprio Kant se encarrega de eliminá-la ao afirmar, logo mais adiante, que “os assuntos de religião são o ponto focal do Iluminismo”.

Será exagero imaginar que o homenzinho gentil e bondoso de Koenigsberg teve alguma responsabilidade ao menos indireta nas matanças de cristãos que se tornaram endêmicas na França, na

³ *Parathékhe*.

⁴ *Enciclopedia Cattolica*, loc. cit.

Espanha, na Itália, no México - e hoje em dia um pouco por toda parte?

Será possível admitir que ele fosse ingênuo ao ponto de imaginar que a erradicação mundial do “compromisso criminoso” pudesse se realizar sem violência e derramamento de sangue? Se ele o imaginasse, não teria ao menos aplaudido a Revolução Francesa.

Mas o que singulariza o pensamento de Kant nesse ponto não é somente a condenação radical do cristianismo histórico, e sim a modalidade muito peculiar de raciocínio lógico que ele emprega para chegar a essa proposta. Ele começa por imaginar uma hipotética sociedade futura na qual uma ordem estatal perfeita tenha desenvolvido em todos os homens a capacidade racional de “pensar por si mesmos sem o guiamento de outrem”; e, embora reconhecendo que esse estado é difícil e talvez até impossível de alcançar, ele diz que esforçar-se para chegar a tanto é obrigação estrita de todos os homens, de vez que a tendência em direção a essa ordem social perfeita não é uma mera proposta social entre outras, mas o desígnio secreto e universal da natureza que ordena levar os homens e as nações até o seu mais elevado patamar de capacidade racional. Dito isto, ele toma esse estado hipotético como norma e padrão para o julgamento do presente e de toda a história passada, daí concluindo, evidentemente, que tudo o que se opõe a tão elevado ideal é “inválido” e “criminoso”, a começar pelos dogmas da Igreja.

Embora subscrevendo, em outros escritos da mesma época, o preceito de que a experiência é, em última análise, a única fonte válida de todo conhecimento possível, Kant não hesita em afastar-se desse princípio ao ponto de consagrar como juiz não só dos conhecimentos, mas de todas as condutas humanas, uma hipótese remota que ele mesmo admite ser altamente problemática e talvez irrealizável.

Como não reconhecer aí a *inversão do tempo*, que, em outros trabalhos, diagnostiquei como um dos elementos estruturais permanentes da mentalidade revolucionária?